Edição 23 - abril/maio/junho 2009 I www.apubh.org.br

# jornal da apubh

Publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

apubh
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

IMPRESSO ESPECIAL
7317841705/DR/MG
A.P.U.B.H
CORREIOS

## APUBH APRESENTA A PROPOSTA DE UMA NOVA CARREIRA DOCENTE

pág. 8 e 9




Nísio Fontes

## Aposentados e Pensionistas têm direito a pedir reajuste de proventos e pensões

pág. 6 e 7

## Docentes das IFES discutem o REUNI em Seminário Nacional

pág. 10, 11, 12 e 13

# \o/ expediente

**Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH**

**Gestão 2008-2010**

Rua Artur Itabirano, 70 – São José/ Pampulha – Cep.: 31275 020 –
Tel.: (31) - 3441 7211 Fax: 3441-1303 "http://www.apubh.org.br"
apubh@apubh.org.br

**Diretoria Executiva:**

- Presidente: José de Siqueira
- 1º vice-presidente: Armando G. M. Neves
- 2º vice-presidente: Carlos Barreira Martinez
- Secretário-Geral: Giovane Azevedo
- Vice-Secretária-Geral: Otávia F. de S. Rodrigues
- Diretora de Finanças: Janetti Nogueira de Francischi
- 1º Suplente: João Maurício Lima de F. Mota
- 2º Suplente: Renato José de Moura

**Diretorias Setoriais:**

- Ciência e Tecnologia: Ronaldo Alves Pinto Nagem, Geraldo Magela de Lima, Jadson Claudio Belchior
- Etnia, Gênero e Classe: Dalmir Francisco
- Hospital Universitário: Mauro Ivan Salgado e Itamar Tatuhy Sardinha Pinto
- Política de Ensino Básico e Profissional: Myriam Tavares Pereira
- Diretoria de Política Educacional: Walter Ernesto Ude Marques
- Política Sindical: Marlene Oliveira Teixeira de Melo
- Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Seguridade Social: Cléber Paulo Verdolin

**Jornal da APUBH**

. Comissão Editorial: José de Siqueira, Armando G. M. Neves Janetti Nogueira de Francischi, Dalmir Francisco
. Editor e jornalista responsável: Simone Ribeiro de Melo Jornalista - MTB 11455/MG
. Editoração: Lucas Daian
. Tiragem: 3 mil exemplares

# « memória



arquivo apubh

A participação em massa dos docentes da Universidade Federal de Minas Gerais nas assembleias, encontros e manifestações tem sido fundamental para as conquistas da categoria.

OS MESES: Agosto e dezembro
O ANO: 2001
O FATO: Assembléia da Greve

## editorial

A Apubh sempre esteve à frente na discussão da carreira docente. Assim foi na discussão da atual carreira, definida pelo decreto 94.664, de 23 de julho de 1987, conhecido como Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos –PUCRCE. Da mesma forma tem sido agora, em 2009, em que estamos discutindo propostas de uma nova carreira docente no seio do Proifes. A proposta de carreira da Apubh, apresentada nesta edição, foi discutida em assembleia dos professores da UFMG no dia 21 de maio de 2009, bem como a proposta do MEC de flexibilizar o regime de Dedicação Exclusiva (DE). A questão da flexibilização da DE é inadmissível, pois foi uma conquista da greve de 1987 que produziu o PUCRCE e que criou esse regime de trabalho. Não será assim que o MEC responderá às demandas do TCU para sanar as irregularidades apontadas no acórdão 2731/2008.

Além da proposta de carreira da Apubh, há a proposta de carreira do Proifes, que está sendo discutida atualmente em fórum eletrônico na página desta entidade (www.proifes.org.br). Todos os associados da Apubh podem e devem participar da discussão sobre a proposta de carreira do Proifes. A diferença básica entre as duas propostas de carreira é que na proposta do Proifes há seis classes em vez de cinco, como é hoje na carreira atual, o que a diferencia da proposta da Apubh. Fora essa diferença, as duas propostas são muito próximas, pois a do Proifes incorpora a lógica da proposta da Apubh, em que apenas três parâmetros permitem gerar todas as tabelas remuneratórias das propostas.

A Apubh está muito preocupada com os prejuízos que os nossos aposentados têm tido, pois estes perderam parte da remuneração tanto na criação da classe de professor associado em 2006, quanto na reforma da atual carreira, em que o incentivo à titulação, que antes fazia parte do Vencimento Básico (VB), deixa de existir com a criação da Retribuição por Titulação (RT). Por esta razão, a Apubh defende que a nova carreira não tenha uma nova classe, pois isto prejudicará os aposentados que ficarão abaixo da nova classe, no enquadramento da carreira antiga para a nova. Além disso, se o enquadramento for feito de forma a minimizar os gastos do governo, o que é uma preocupação natural de todo governo, eles serão certamente, e mais uma vez, prejudicados. Não podemos aceitar isso. Pelo contrário, temos que lutar para que os prejuízos já causados sejam reparados e não provocar mais prejuízos aos aposentados. Esses foram os assuntos principais das reuniões que a Apubh fez com os aposentados em sua sede, como relatado nesta edição. Também é de se destacar nesta edição que três dos quatro artigos de nossa assessora jurídica, Flávia Mesquita, tratam de questões que interessam aos aposentados.

A Apubh e o Proifes também realizaram o 1º Seminário Nacional sobre o Reuni, com a presença de professores de todas regiões do Brasil, para discutir a implantação e o futuro do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Na UFMG, a implantação do Reuni já tem trazido alguns problemas para professores recém contratados e alunos de novos cursos. Há pelo menos vinte e oito professores recém contratados que estão sendo coagidos a assinarem contratos de professores "voluntários" para começarem a trabalhar, sem remuneração, antes de serem efetivados de fato. Isso é inadmissível e não será atropelando diretos que a UFMG vai implantar o Reuni. Além do mais, a situação trabalhista de bolsistas de pós-graduação que atuam como docentes, em sala de aula, traz sérios problemas éticos e legais, como discutido em artigo da Professora Beatriz Couto, ex-presidente da Apubh.

Para finalizar, a Apubh vai promover em breve, junto com a Casu, um grupo de "Cuidados com a voz". Afinal, a voz é o instrumento de trabalho do docente e são precisos cuidados para que possamos prevenir e sanar problemas que possam vir a aparecer, ou que já existam.

Essa será a última edição deste semestre e retornaremos com a próxima edição no início do segundo semestre de 2009. Boa leitura!

Opinião: A (quase) certeza - Janetti Nogueira Francischi.....Página 04
O aumento de 56% na produção científica - Armando G. M. Neves.....Página 05
Jurídico.....Páginas 06 e 07
Capa:.....Páginas 08 e 09
Campi UFMG.....Página 10
Setorial.....Página 14
Notícias.....Páginas 16 e 17
Espaço do Associado.....Páginas 18 e 19
Agenda.....Página 20

+ opinião

# A (quase) certeza

*Janetti Nogueira de Francischi*
*Professora Associada do departamento de Farmacologia*
*Instituto de Ciências Biológicas - UFMG*
*Membro da Diretoria da APUBH*

O mundo, e nele, as pessoas estão em crise...

Frases de efeito, "demodé"?

Talvez não, e até por essa razão, volto a escrever nesse espaço do Jornal da APUBH, conforme explicarei adiante.

Tivemos em 31 de março passado uma Assembleia Ordinária de professores, convocada conforme reza o Estatuto da APUBH, para apresentar a prestação de contas e o relatório de atividades realizadas em 2008, além do plano de trabalho elaborado para 2009 pela atual diretoria da entidade.

Confesso que, com a experiência acumulada de alguns anos no movimento docente, não esperava um afluxo tão pequeno de professores na referida assembleia, especialmente considerando-se o expressivo aumento na remuneração para os professores da ativa, ocorrido no último mês de fevereiro. Aumento esse que podemos afirmar, resultou também da participação diligente de nosso sindicato. É claro que nem tudo são flores, e a quase nulidade de aumento para os professores aposentados está aí para deixar a atual diretoria executiva da APUBH totalmente constrangida. Afinal, os reajustes salariais dos servidores públicos são responsabilidade constitucional do governo federal, não da APUBH, e todos queremos nos aposentar com o salário integral, um dia....

Entretanto, quando conversamos com os professores filiados sobre as razões de sua ausência nas Assembléias ou reuniões do Sindicato, as respostas desembocam basicamente na mesma justificativa: excesso de trabalho!

Ora, por definição, o Sindicato é "a associação de indivíduos da mesma classe ou profissão, para a defesa de interesses classistas, profissionais ou econômicos (Koogan/Houaiss, Enciclopédia e dicionário ilustrado, 1998). Portanto, o Sindicato é a entidade que os professores devem recorrer para juntos – professores e Sindicato - poderem encontrar alternativas para a melhoria de suas condições de trabalho.

Porém, constata-se, que uma nova ordem social foi construída entre os professores filiados e a APUBH: a quase-total delegação de poderes, onde os primeiros não participam pelas razões já citadas, e a diretoria da APUBH decide sobre todas as questões sindicais, da melhor maneira que sabe e pode. Tal delegação de poderes incorrerá em consequências fáceis de se divisar a curto e médio prazos: sem participação, as decisões tomadas pelo Sindicato poderão não representar os anseios dos seus afiliados, e talvez a mais grave delas porquanto irreversível, o fechamento do próprio Sindicato, por falta de representação efetiva. Embora mais remota, tal possibilidade adicionada à falta de mobilização tanto de professores da ativa, como já mencionado, quanto a falta de mobilização dos professores aposentados representam, portanto, mais uma "crônica de uma morte anunciada".

Cumpre-nos portanto, enquanto Sindicato, encontrar saídas, e até por dever de ofício como professores, desenvolver atitudes pedagógicas de esclarecer a todos sobre tais fatos e consequências (da não participação no Sindicato), no presente e para o futuro. Sem gente trabalhando no Sindicato, não existirão salários adequados, não existirá carreira, o valor do salário dos professores aposentados despencará, aliás, já despencou, e o professor nunca mais poderá pensar em recuperar a dignidade de que um dia foi portador na sociedade.

Daí a mensagem que ora lhes apresento, para reflexão.

+ opinião

# O aumento de 56% na produção científica

*Armando G. M. Neves*
*Professor do departamento de Matemática*
*Instituto de Ciências Exatas - UFMG*
*1° vice-presidente da APUBH*

O ministro da Educação Fernando Haddad anunciou em 5/5/2009 o crescimento de 56% da quantidade de artigos científicos publicados por brasileiros em 2008 com relação a 2007. Segundo esses dados, nosso país passou da 15ª para a 13ª posição no ranking mundial de número de artigos científicos publicados.

Como o número de produtores de artigos não cresceu 56% em um único ano, tal cifra, em vez de simplesmente comemorada, precisa ser investigada. Uma primeira explicação, dada pelo jornalista Marcelo Leite em sua coluna na Folha de São Paulo em 10/5, parece ser o aumento entre 2007 e 2008 da base de dados do Web of Science no qual são identificados os artigos publicados no ano. Tal aumento, segundo ele, teria ocorrido preferencialmente entre periódicos "de relevância regional". Isto significa que países cujos pesquisadores publicam com maior frequência nos periódicos não incluídos na base em 2007 e incluídos em 2008 aumentaram sua produção científica em proporção maior. Temos então um primeiro indício da pouca relevância da ciência produzida no Brasil.

Um segundo indício vem da reportagem da Folha de São Paulo de 6/5/2009, que repercutiu os dados acima aludidos. Segundo essa reportagem, a qualidade dos artigos científicos publicados por brasileiros, qualidade essa medida pelo número de citações que esses trabalhos recebem por parte de outros artigos, fica abaixo da média mundial em todas as 21 áreas analisadas.

Não acredito que o número de citações de artigos de um único pesquisador meça necessariamente a sua relevância, pois existe enorme diferença entre números de citações de artigos de diversas áreas e também porque há pesquisadores que "negociam" citações com seus "compadres". Porém o número de citações de artigos de um país inteiro é certamente relevante e o Brasil estar abaixo da média mundial em todas as 21 áreas pesquisadas requer alguma explicação.

Em minha opinião, os números que aqui comentamos são consequência evidente da política brasileira de incentivo à pesquisa científica. O Brasil premia com bolsas que complementam seus salários os pesquisadores de maior produção. Além do mais, os recursos para financiamento da pesquisa são relativamente escassos e acabam distribuídos em sua maioria aos mesmos pesquisadores que recebem bolsas de produtividade em pesquisa. Uma grande quantidade de pesquisadores não consegue ter acesso às bolsas e nem consegue financiamento adequado para suas pesquisas, mas deseja alcançar os patamares de produtividade para tal. Cria-se então uma acirrada concorrência por verbas que acaba aliciando para o lado da pesquisa inútil vários pesquisadores que poderiam estar contribuindo de forma mais relevante para o país. A qualidade é sacrificada em favor da quantidade.

Tal fato ocorre também nas universidades, em que a pesquisa é um dos produtos importantes da instituição, mas não o seu carro chefe. Professores com grande produtividade em pesquisa acabam tendo maiores possibilidades de crescimento na carreira do que outros, mesmo que os últimos sejam excelentes em ensino. Projetos inovadores de ensino ou extensão de qualidade valem menos na vida acadêmica que um artigo qualquer.

Se a pesquisa acadêmica fosse um fim em si mesma, poderíamos dizer simplesmente que as regras do jogo são claras e ganham aqueles que sabem jogá-lo melhor. Mas não é assim, ou pelo menos, eu não penso que deveria sê-lo. Enquanto nosso país continuar premiando individualmente seus pesquisadores por quantidade e não por qualidade continuaremos a subir no ranking quantitativo da produção científica mundial, enquanto continuaremos a amargar baixo nível de qualidade da educação, pequena competitividade da indústria, endemias de dengue e febre amarela e tantos outros males. A solução para esses males passa pela atividade científica, mas não por aquela incentivada pelas políticas oficiais.

>> Página 5

# jurídico

*Flávia da Cunha Pinto Mesquita*

*Assessora jurídica da APUBH*

*Integrante do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados.*



Foto: Lucas Daian

## REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES APOSENTADOS PELA MÉDIA

A Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, trouxe diversas modificações aos regimes de aposentadoria, em especial no que se refere ao cálculo dos proventos dos servidores abrangidos pela norma. Dentre as modificações há uma que retirou dos servidores aposentados a paridade de reajuste com os servidores da ativa. Uma vez enquadrado em tal regra, o aposentado terá seus proventos calculados de acordo com a média das 80% maiores remunerações de contribuição e fará jus a reajustes anuais para preservar-lhes o valor real, de acordo com critérios definidos em lei.

Apesar de tal fato, de 2004 até 2007, os proventos dos servidores que se aposentaram na forma acima referida não foram reajustados, contrariando regulamentação que determinava a aplicação, a essas pessoas, dos índices de reajuste anual previstos para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS).

A falta de reajuste acabou por acarretar perdas de até 6,355% em 2005, 3,213% em 2006 e 3,300%, em 2007.

Desse modo, o SINDICATO – APUBH ingressará com ação judicial em defesa dos seus filiados, pleiteando o reajuste dos proventos e pensões calculados pela média das contribuições dos servidores aposentados, com o pagamento das diferenças devidas, sendo necessário que os filiados ou seus pensionistas procurem o sindicato para mais informações.

O prazo máximo para entrega dos documentos necessários ao ingresso da ação será o dia 31/08 do corrente ano. A relação dos documentos necessários encontra-se disponível na sede do Sindicato e também no seu site.

## DOENÇAS GRAVES DÃO DIREITO À APOSENTADORIA INTEGRAL

Desde agosto de 2008, os servidores públicos federais que tenham se aposentado por invalidez e com proventos proporcionais e que venham a padecer de doenças incapacitantes graves, contagiosas ou incuráveis, têm direito ao recebimento dos proventos integrais do seu cargo.

As doenças descritas na lei são tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante) e síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS. Mas, este rol não é restritivo, eis que o próprio artigo 162, §1º, da Lei nº 8.112/90 prevê a possibilidade de serem previstas outras doenças por meio de lei.

Ressalte-se que o estado patológico e a invalidez decorrente deste estado devem ser reconhecidos por junta médica oficial para que ensejem a integralidade dos proventos.

Estas alterações foram incluídas pela Medida Provisória nº 441/08, convertida na Lei nº 11.907/09, que previu também a exigência de exames periódicos para todos os servidores públicos, segundo os termos e critérios que ainda serão definidos mediante decreto do Presidente da República.

Outras informações podem ser obtidas nos plantões jurídicos da APUBH, às segundas, de 10h as 13h, às quartas-feiras, de 15h as 18h, na sede desta entidade.

>> **Página 6**

## PROFESSORES QUE OPTARAM PELO FUNDO DE GARANTIA PODEM TER PREJUÍZOS PELA ADOÇÃO DE JUROS MENORES

A legislação original do FGTS (Lei 5.107/66) previa que as contas fossem remuneradas com juros progressivos de 3 à 6 % ao ano, observada a seguinte proporção: I - 3% (três por cento) durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa; II - 4% (quatro por cento) do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa; III - 5% (cinco por cento) do sexto ao décimo ano e permanência na mesma empresa; IV - 6% (seis por cento) do décimo - primeiro ano de permanência na mesma empresa, em diante'.

Contudo, esta disposição foi revogada em 21 de setembro de 1971, quando a Lei 5.705/71 reduziu a capitalização dos juros a apenas 3 % ao ano sem qualquer progressão.

Posteriormente, em 1973, a Lei 5.958/73 autorizou aos que ainda não haviam aderido ao FGTS que fizessem a opção retroativa a 1º de janeiro de 1967 ou à data de admissão ao emprego, se posterior àquela.

Segundo entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, todos os trabalhadores vinculados ao FGTS antes de 21 de setembro de 1971 ou que fizeram a opção retroativa nos termos da Lei 5.958 de 1973 têm direito aos juros progressivos.

A assessoria jurídica da APUBH está à disposição dos associados para avaliar se os correntistas têm ou não direito às diferenças decorrentes da aplicação dos juros progressivos. Para isso, basta comparecer aos plantões semanais munido da Carteira de Trabalho com data de opção pelo FGTS.

## APOSENTADOS PODEM PLEITEAR O PAGAMENTO DA LICENÇA PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA

Decisão recente proferida pela Justiça Federal de Minas Gerais, em ação judicial individual patrocinada pela assessoria jurídica da Apubh, determinou o pagamento de dois períodos de licenças prêmio não gozados e não contados em dobro em aposentadoria de servidor.

O pedido foi fundamentado no direito adquirido do servidor que, até a data da edição da Lei 9.527/97, já havia preenchido os requisitos para o gozo da referida licença, mas que ficou impossibilitado de exercê-lo, sendo que, antes que pudesse gozar o benefício, alcançou o tempo de serviço para se aposentar.

O pedido também foi fundamentado na vedação ao enriquecimento sem causa da Administração e na responsabilidade civil objetiva do Estado.

A Juíza da 14ª Vara Federal determinou não só o pagamento de uma indenização, "mediante a conversão em pecúnia dos períodos de duas licenças prêmio não gozadas e não contadas em dobro para aposentadoria do autor, tomando-se por base o valor da última remuneração recebida por este enquanto na ativa", como também determinou que não haja incidência de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre os valores a serem pagos.

Essa decisão, proferida pela Juíza Federal Anna Cristina Rocha Gonçalves, encontra-se em consonância com decisão recente do Superior Tribunal de Justiça, proferida pela Quinta Turma, que entendeu que é cabível a conversão em valores das licenças-prêmio não desfrutadas, desde que o pedido ocorra dentro dos cinco anos seguintes à data da aposentadoria.

Diante disso, o pagamento dos valores devidos em função das licenças-prêmio não gozadas pode ser pleiteado pelo próprio servidor ou por seus beneficiários através de ação judicial, dentro do prazo para a sua propositura, qual seja no prazo máximo de cinco anos a contar da aposentadoria.

# capa

## Proposta para uma nova carreira docente

*José de Siqueira*
*Presidente da Apubh*



Foto: Felipe Zig

O acordo assinado pelo Proifes e pelo Sinasefe com o governo federal em 2008 prevê a criação de um Grupo de Trabalho sobre Carreira (GT Carreira), que será instituído ainda este semestre, para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A Apubh tem o dever e a obrigação de colocar o debate para todos os seus filiados e damos início ao debate na UFMG colocando uma proposta de carreira a ser discutida em nível nacional. Lembramos também que a proposta de carreira deverá ser a mesma para o Ensino Superior (ES), como para o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Na discussão de uma nova carreira, há a tendência de se focar exclusivamente na proposta de malha salarial. Mas este é apenas um dos tópicos a serem discutidos. Além da malha, é preciso definir a estrutura desta, levando em conta especialmente o tempo para aposentadoria, como se dá o ingresso na carreira, os critérios para progressão vertical e horizontal e, não menos importante, como se dará o enquadramento na nova carreira de quem está na carreira antiga. Além disso, há a questão das parcelas que formam a remuneração do docente e que aparecem em seu contracheque como diferentes rubricas. Esse parcelamento da remuneração traz prejuízos ao docente e são motivo para o governo retirar direitos tanto dos ativos quanto dos aposentados e pensionistas.

A estrutura da carreira que a Apubh traz para a discussão, de autoria do Prof. Elias Antônio Jorge, é baseada na carreira do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE, definida pelo decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Como na carreira do EBTT vigente atualmente, propomos que a carreira continue com 4 classes cada uma com 4 níveis, além de um nível único para a classe de professor titular. A razão é que a criação de uma nova classe, como mostrou a criação da classe de professor Associado em 2006, traz prejuízo para quem está abaixo da nova classe, afastando-o do topo. As titulações (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) definem 5 colunas, todas com 5 classes e 17 níveis ( ver a Tabela 1 abaixo). Para que a carreira tenha o alcance do tempo de aposentadoria de 30 anos para mulheres e 35 anos para homens, a progressão dita horizontal (dentro de uma mesma classe) se dá a cada 2 anos de interstício. Assim, as mulheres podem chegar ao topo da carreira com 30 anos de exercício da docência, enquanto os homens ainda terão que completar mais 5 anos no último nível para aposentarem-se. Isso diferencia a proposta da Apubh da atual carreira do EBTT vigente, já que a progressão nesta se dá a cada 1 ano e meio nesta última.

O ingresso na carreira se dá sempre no 1º nível, na respectiva coluna de titulação. A progressão dita vertical (devido à titulação obtida pelo docente) se dá no mesmo nível ocupado pelo docente, mudando apenas para a coluna da nova titulação. A diferença de um nível para o nível imediatamente superior é um dos parâmetros da carreira, chamado de step vertical. Na nossa proposta, seria de 3,7%. Para mudar de uma coluna para outra, ao obter um novo título, o docente permanece no mesmo nível, mas seu salário aumenta.

Este é outro parâmetro da proposta de carreira da Apubh, chamado de step horizontal. Na nossa proposta, seria de 3,7% também. Propomos que o aumento de uma coluna para outra se dê multiplicando-se os seguintes fatores, definidos para cada titulação: graduação: 1; aperfeiçoamento: $(1{,}037)^2$; especialização: $(1{,}037)^4$; mestrado: $(1{,}037)^8$; doutorado: $(1{,}037)^{16}$. Dessa forma, fica preservado o incentivo à titulação dos docentes na nova carreira.

Com relação aos regimes de trabalho, 20 horas, 40 horas e Dedicação Exclusiva (DE), propomos que cada valor de cada tabela específica seja multiplicada pelos seguintes fatores: 20 horas: 1; 40 horas: 2; DE; 3. Assim, a tabela dos vencimentos de 40 horas é a mesma tabela de 20 horas com cada valor multiplicado por 2 e a de DE é a de 20 horas multiplicada por 3. Dessa forma, o regime de DE terá um aumento de 50 % do regime de 40 horas, em vez de 55 % como é hoje definido no PUCRCE.

Com essas definições, é possível calcular todas as tabelas de vencimentos a partir de 3 parâmetros apenas: o valor do nível 1 do graduado de 20 horas, chamado de valor gerador da malha salarial e os steps vertical e horizontal.

Abaixo, para ilustração, apresentamos a tabela salarial para o regime DE, considerando-se o valor gerador de R$ 1600,00. Nesse caso, o salário do professor doutor auxiliar 1 DE na proposta da Apubh é de R$ 8.584,23 e o salário do professor doutor adjunto 1 DE em julho de 2010, na atual carreira, será de R$ 7.307,55.

Um tópico fundamental para a definição da carreira é a forma de enquadramento dos docentes, tanto ativos quanto aposentados, na nova carreira. Para que não haja perdas nem para os ativos, nem para os aposentados, a melhor forma de enquadrar os docentes da atual carreira é considerar quantos níveis faltam para que o docente chegue ao topo na atual carreira e enquadrá-lo no nível correspondente a partir do topo na nova carreira.

Restam dois tópicos a serem discutidos para a nova carreira. O primeiro é o que chamamos de "paradoxo do dia seguinte". Dois professores fazem concurso, e passam, com um dia de diferença. O 1º é enquadrado na atual carreira e seu colega na nova carreira. O 1º é enquadrado no 9º nível a partir do topo da carreira, pois ele entrou como adjunto 1 na atual carreira e seu colega é enquadrado na classe 1, nível 1. Mesmo não havendo diferenças salariais entre o adjunto 1 na antiga carreira e seu colega da classe 1, nível 1, o primeiro foi promovido instantaneamente 9 níveis quando do enquadramento na nova carreira.

O segundo tópico, não menos importante, diz respeito à estrutura remuneratória da nova carreira. Atualmente, nosso salário é dividido em vencimento básico (VB), retribuição por titulação (RT) e uma gratificação, GEMAS. Isso, no entanto, traz prejuízos tanto a ativos quanto a aposentados, pois até fevereiro de 2009, a RT não existia e o que se tinha era o incentivo à titulação, que era definido como uma porcentagem do VB. Assim, todas as vantagens pessoais que incidem sobre o VB, tais como adicional por tempo de serviço (ATS), adicional de periculosidade e de insalubridade e outros, não levam em consideração o RT atualmente. Os aposentados também perdem com o cálculo dos adicionais dos art. 184 e art. 192, que são calculados sobre o VB. Nossa proposta, para que essas distorções acabem e que a paridade remuneratória entre ativos e aposentados seja garantida, é que tenhamos uma única rubrica no contracheque: subsídio. Algumas carreiras do executivo (Banco Central, IPEA, CVM, ABIN e, mais recentemente, os auditores fiscais) já tem a rubrica única de subsídio em seus contracheques. Se queremos realmente ter uma aposentadoria digna, temos que lutar agora para que nossa carreira também traga uma rubrica única em nossos contracheques.

| DE | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Classe | Níveis | Graduação | Aperf. | Espec. | Mestrado | Doutorado |
| Titular | U | R$ 8.584,23 | R$ 9.231,21 | R$ 9.926,96 | R$ 11.479,72 | R$ 15.351,88 |
| Associado | 16 | R$ 8.277,95 | R$ 8.901,85 | R$ 9.572,77 | R$ 11.070,13 | R$ 14.804,12 |
| | 15 | R$ 7.982,59 | R$ 8.584,23 | R$ 9.231,21 | R$ 10.675,15 | R$ 14.275,91 |
| | 14 | R$ 7.697,77 | R$ 8.277,95 | R$ 8.901,85 | R$ 10.294,26 | R$ 13.766,55 |
| | 13 | R$ 7.423,12 | R$ 7.982,59 | R$ 8.584,23 | R$ 9.926,96 | R$ 13.275,36 |
| Adjunto | 12 | R$ 7.158,26 | R$ 7.697,77 | R$ 8.277,95 | R$ 9.572,77 | R$ 12.801,70 |
| | 11 | R$ 6.902,86 | R$ 7.423,12 | R$ 7.982,59 | R$ 9.231,21 | R$ 12.344,94 |
| | 10 | R$ 6.656,56 | R$ 7.158,26 | R$ 7.697,77 | R$ 8.901,85 | R$ 11.904,47 |
| | 9 | R$ 6.419,06 | R$ 6.902,86 | R$ 7.423,12 | R$ 8.584,23 | R$ 11.479,72 |
| Assistente | 8 | R$ 6.190,03 | R$ 6.656,56 | R$ 7.158,26 | R$ 8.277,95 | R$ 11.070,13 |
| | 7 | R$ 5.969,17 | R$ 6.419,06 | R$ 6.902,86 | R$ 7.982,59 | R$ 10.675,15 |
| | 6 | R$ 5.756,19 | R$ 6.190,03 | R$ 6.656,56 | R$ 7.697,77 | R$ 10.294,26 |
| | 5 | R$ 5.550,81 | R$ 5.969,17 | R$ 6.419,06 | R$ 7.423,12 | R$ 9.926,96 |
| Auxiliar | 4 | R$ 5.352,76 | R$ 5.756,19 | R$ 6.190,03 | R$ 7.158,26 | R$ 9.572,77 |
| | 3 | R$ 5.161,77 | R$ 5.550,81 | R$ 5.969,17 | R$ 6.902,86 | R$ 9.231,21 |
| | 2 | R$ 4.977,60 | R$ 5.352,76 | R$ 5.756,19 | R$ 6.656,56 | R$ 8.901,85 |
| | 1 | R$ 4.800,00 | R$ 5.161,77 | R$ 5.550,81 | R$ 6.419,06 | R$ 8.584,23 |

Tabela 1 – Malha salarial para o regime de DE da proposta de carreira da Apubh

@campi ufmg

# O PREÇO DO REUNI

Seminário reúne docentes, discentes e servidores técnico-administrativos para discutir o processo de implantação do programa do governo federal

Ao aderirem ao Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 52 das 55 universidades federais apostaram na expansão de vagas e na ampliação de recursos financeiros até 2012. Adotado pelos Conselhos Universitários, desde a edição do decreto federal 6.096 de 24 de abril de 2007, o programa tem interferido direta e indiretamente na dinâmica de funcionamento das IFES. Por sua discussão ter sido proposta de forma pouco democrática em muitas universidades, o Reuni, agora em fase de implantação, precisa ser avaliado e criticado pela comunidade acadêmica em seus diversos aspectos: implantação, financiamento e seu futuro. Com essa finalidade, representantes de Associações e Sindicatos Docentes do país, dos Sindicatos dos Servidores técnico-administrativos e estudantes participaram do I Seminário Nacional sobre o Reuni nos dias 05 e 06 de junho de 2009 na UFMG. Professores e universidades federais das cinco regiões brasileiras participaram do Seminário: UFRR, UFRN, UFPB, UFBA, UFG, UnB, UFRGS, UFSCAR e UFMG.

Promovido pelo Sindicato de Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH e Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior - PROIFES, o Seminário abriu a possibilidade de dar uma resposta ao governo federal e aos gestores das IFES sobre a realidade do Reuni na visão da comunidade universitária (docentes, discentes e técnico-administrativos). "A comunidade quer discutir, tem o que dizer sobre isso, tem críticas a fazer e é através das AD's, dos sindicatos que nós vamos contribuir efetivamente para que o projeto de expansão das Universidades Federais seja algo concreto para o projeto de nação que queremos para o Brasil", afirma José de Siqueira, presidente da APUBH. A importância do debate também foi reconhecida por Ronaldo Pena, reitor da UFMG: "A universidade é a casa da diversidade, portanto, são necessárias posições que não sejam absolutamente homogêneas. Isso é necessário, pois é assim que nós vamos avançar", afirmou durante a conferência de abertura. A situação da implantação do Reuni na UFMG, segundo o prof. José de Siqueira, tem trazido situações inadmissíveis para um conjunto de 28 ( de acordo com o reitor da UFMG) professores recém concursados. Estes professores estão trabalhando sem terem sido efetivamente contratados ou



A atualidade do Reuni nas IFES foi o tema da conferência de abertura da qual participaram Diego Alves, representante do DCE; Eduardo Rolim, vice-presidente do Proifes; Ronaldo Pena, reitor da UFMG; Rodrigo Ramalho, representante do MEC; Cristina Del Papa, presidente do Sindifes e José de Siqueira, presidente da APUBH.



O público participou ativamente das discussões.

Fotos: Felipe Zig

estão atuando como professores "voluntários", sendo, muitas vezes, coagidos a assinarem um contrato sem validade jurídica. Fato que foi justificado por Ronaldo Pena como sendo uma falha do sistema e não do Reuni.

A afirmação do reitor da UFMG foi criticada pelo professor Flávio Borges, presidente do ADUnB que julgou a situação inadmissível. Para ele, "o grande problema das universidades não é o Reuni em si, mas a falta de autonomia destas. O problema que a Universidade Federal de Minas Gerais teve com o TCU- Tribunal de Contas da União é de autonomia. E esta não é um sonho distante, vejamos o caso da USP que tem autonomia financeira e administrativa". Flávio ressaltou ainda que "o Reuni nada mais é que o um plano de metas que o governo federal deu para cada uma das universidades federais e cada uma está fazendo ao seu modo. Agora, sem autonomia não dá para tocar um projeto como esse, é claro que vai dar problemas um atrás do outro e quando dá problema o reitor fala que o problema é do MEC e sai com o pires na mão. Quer dizer é uma subserviência danada! nós viramos departamento do MEC. A gente tem que brigar por autonomia e essa briga deve ser não só dos reitores, mas também das AD's".

O Ministério da Educação enviou um representante para participar do evento e apresentar a sua visão do processo de implantação do Programa. Rodrigo Ramalho Araújo, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior analisou o Reuni a partir de três cenários principais: a educação superior brasileira; os ciclos recentes de expansão e a expansão e estruturação do Reuni. Entretanto, foram as informações repassadas sobre a verba federal para o programa que ajudaram a alimentar uma das discussões mais importantes: a garantia da continuidade do processo de expansão. Durante a sua exposição Ramalho afirmou que, "pouco mais de 8 bilhões de reais estão reservados para o Reuni e até o presente não há nenhuma sinalização de cortes. O MEC pode até receber algum contingenciamento, mas os recursos do Reuni estão garantidos, isso o ministro da educação tem reiterado várias vezes". Dessa forma, os números seriam uma garantia de que haverá verba para a implantação do programa, contratação de pessoal (docente e técnico-administrativo) e conclusão das obras realizadas para garantir a infra-estrutura mínima para funcionamento dos novos cursos de

As mesas-redondas sobre o processo de implantação do Reuni nas IFEs possibilitaram a troca de experiências sobre o programa e suscitaram longos debates entre os participantes do evento



Prof. Claudio Sherer, da ADUFRGS



Prof. Dalmir Francisco, da APUBH



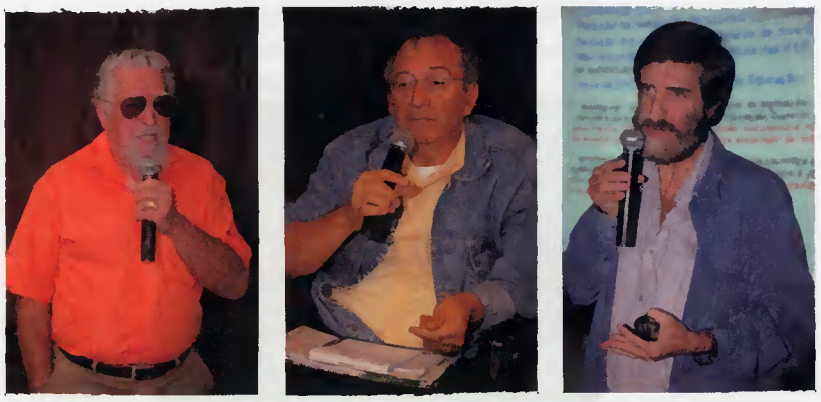


Fotos: Felipe Zig

Da esquerda para a direita:
Prof. Carlos Tanezini, da ADUFG,
Prof. Giovane Azevedo, da APUBH e
Flávio Borges, da ADUnB

Momentos do Seminário Nacional do Reuni, da esquerda para a direita:

1. Irany Campos, do Sindifes questiona a situação dos servidores técnico-administrativos na estrutura no programa
2. Prof. João Augusto – APUB e o Reuni na Universidade Federal de Bahia
3. Prof. Gil Vicente, presidente do Proifes apresenta a perspectiva do futuro do Reuni e aponta possíveis soluções para as problemáticas atuais





Fotos: Felipe Zig

4. Prof. José de Siqueira, presidente da APUBH, analisou o processo de implantação do programa

graduação. Mas o que acontece com a verba e o programa quando houver a mudança de governo? O Reuni deveria ser um programa de estado e não de governo.

Para o professor Eduardo Rolim, vice-presidente do Proifes e ex-presidente da ADUFRGS, essa é uma das grandes incógnitas do programa e uma preocupação do Proifes. "Todo programa que é feito por decreto é um programa que não tem estabilidade institucional além do próprio governo que criou esse decreto", afirmou. "Então, nós não temos nenhuma garantia institucional de que esse projeto vai efetivamente continuar nos anos de 2011, 2012 e a garantia de continuidade é fundamental para que ele possa evidentemente chegar aos termos de referência que foram determinados lá no início", reiterou. Para Elenize Cristina, vice- diretora administrativa do Proifes/ Sindicato e presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Roraima, o maior problema do Reuni talvez tenha sido a falta de discussão, "pois as pessoas não o conheciam e já tiveram que aprová-lo meio que a toque de caixa".

A visão dos servidores técnico-administrativos sobre o Reuni também foi abordada no Seminário. Cristina Del Papa, presidente do Sindifes, apontou a necessidade de haver um melhor planejamento das ações de inclusão e expansão universitária para avaliar o impacto destas na estrutura dos campi e na demanda de trabalho dos servidores.

Durante a sua exposição, Cláudio Scherer, presidente da ADUFRGS, apontou que o Reuni tem defeitos, mas que é necessário trabalhar para garantir a sua melhoria. "Uma vez criado o Reuni, é um início e está longe de chegar ao objetivo final, mas a partir daí, podemos levar o Brasil a uma situação comparável à situação dos países desenvolvidos".

Um ponto polêmico da implantação do Reuni foi discutido no Seminário: o uso de bolsistas de pós-graduação como professores nos novos cursos implantados nas IFEs, como é o caso na UFMG. "É possível que estejamos cometendo delitos trabalhistas e previdenciários ao fazer a substituição de mão de obra da maneira como está sendo feito". Esse alerta foi feito pelo professor Armando Neves, que pontuou também as dificuldades para o desenvolvimento de trabalhos juntamente com os bolsistas e o prejuízo que estes sofrem em suas pesquisas pela grande demanda de trabalho nas salas de aula. Além disso, "a reitoria da UFMG introduziu uma divisão que eu acho extremamente indesejável: a bolsa do aluno que trabalha pelo Reuni é maior do que as outras bolsas; e isso tem causado uma divisão entre os alunos", ressalta Armando.

1. A realidade do Reuni no norte do país foi apresentada pela professora Elenize Cristina sob a perspectiva da Universidade Federal de Roraima



Janetti Francischi e Armando Neves, respectivamente, diretora financeira e vice-presidente da Apubh também marcaram presença





Fotos: Felipe Zig

Outros pontos deram a tônica das discussões, tais como as verbas para construção de novos espaços para abrigar os novos cursos, o aumento do quadro de recursos humanos com a contratação de mais docentes e servidores técnico-administrativos e a relação de 18 alunos de graduação para cada docente. Estes tópicos foram exaustivamente discutidos sob a ótica das experiências dos primeiros meses do Reuni por representantes de universidades federais das cinco regiões brasileiras. Constatou-se, inclusive, que, salvo por poucas universidades federais, como a UFBA e a UFABC, que oferecem bacharelados interdisciplinares, a grande maioria da IFES propôs mais vagas para os cursos existentes e novos cursos nos mesmos moldes já existentes. Ou seja, houve expansão, mas pouca reestruturação.

O Futuro do Reuni nas IFEs foi o tema da última mesa-redonda do Seminário. Gil Vicente, presidente do Proifes fez uma avaliação da regulamentação do Reuni a partir da análise dos investimentos e propostas criadas pelo atual governo e o seu antecessor. Já Márcia Pontes, assessora da Pró-reitoria de graduação da UFBA discorreu sobre a experiência de implantação do Reuni na universidade baiana, as perspectivas de ações e resultados no futuro. Um ponto bastante interessante em sua fala foi a apresentação das três principais opiniões sobre o programa de expansão mais presentes entre os membros da comunidade universitária: 1) repúdio ao programa porque é uma proposta do governo Lula; 2) a universidade deve receber o dinheiro do Reuni, mas sem se adaptar à sua proposta; 3) as metas ligadas à expansão são ótimas, mas não as metas ligadas à produtividade do trabalho. Encerrando a mesa, João Augusto Rocha, diretor-acadêmico da APUB, fez uma reflexão sobre a perspectiva de continuidade do Reuni, analisando-o desde a sua origem e destacando os pontos em que o programa configura-se "como uma grande novidade na educação brasileira".

O compromisso de realizar mais discussões sobre o programa e formatar uma proposta com sugestões de melhoria foi firmado ao final do Seminário, visando a garantir o cumprimento das metas do Reuni, melhores e mais condições de acesso às IFES, garantindo também a melhoria das condições de trabalho para os docentes.

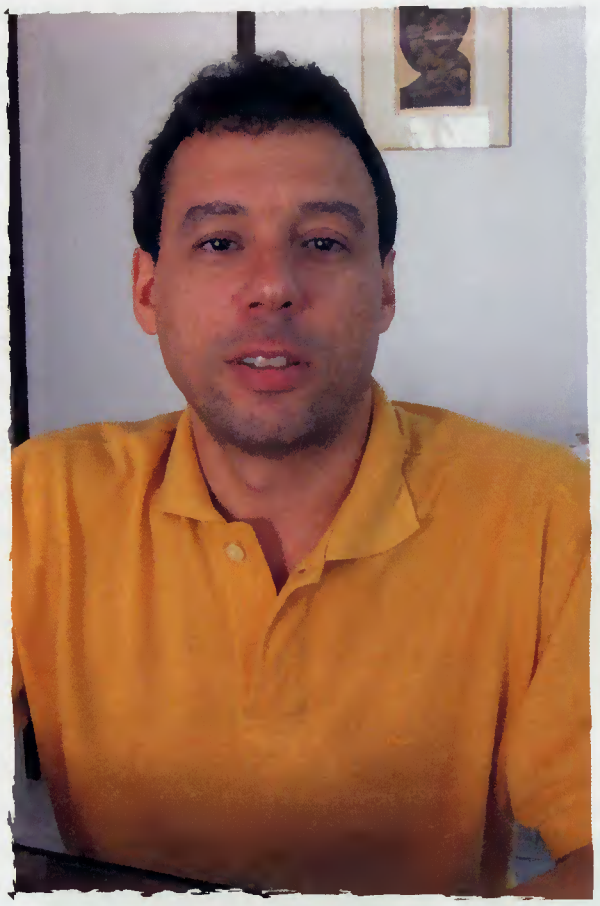
[] setorial

# PIONEIRISMO NA EDUCAÇÃO COLTEC COMEMORA 40 ANOS DE EXISTÊNCIA

"As pessoas que estão aqui se dedicam, porque gostam. Elas trabalham porque gostam da escola, que tem uma história de vida ímpar, seja para professor, para funcionário, para aluno". São com essas palavras que o diretor e professor do Colégio Técnico da UFMG, Márcio Fantini Miranda, descreve a unidade de ensino.

No último dia 28 de abril, o Colégio que, juntamente com o Centro Pedagógico e o Teatro Universitário, integra a Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, completou 40 anos de bons resultados na área do ensino técnico e profissionalizante. Desde a sua fundação até os dias de hoje, a escola formou milhares de estudantes, que hoje são empresários, advogados, médicos, engenheiros, dentistas, professores e pesquisadores. Isto comprova o resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) com alunos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que apontou um alto nível de satisfação dos estudantes egressos entre 2003 e 2007. A pesquisa apurou que 90% dos entrevistados qualificaram a formação recebida como boa e ótima.

De acordo com Eliezer Pacheco, secretário de educação profissional do MEC, em documento publicado pela assessoria do ministério, "os resultados da pesquisa comprovam o grau de excelência da rede federal de educação profissional e tecnológica". Além disso, recentemente, o Coltec foi classificado



Para Márcio Fontini, a infra-estrutura da Universidade contribui para o bom desempenho do Coltec

Foto: Simone Ribeiro

em 11º lugar entre as 20 melhores escolas públicas do país com melhor desempenho no ENEM 2008, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC. O Colégio Técnico foi fundado a partir de um convênio entre o Conselho Britânico, a UFMG, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e o Ministério da Educação visando à formação de mão de obra para atender a demanda do mercado de trabalho. Quatro décadas depois, a unidade de ensino ampliou sua base de atuação e, atualmente, oferece também o ensino médio. O Colégio possui atualmente 550 alunos divididos entre os cursos do ensino médio e técnico (eletrônica, instrumentação-controle e automação, patologia

>> Página 14

Desfile de abertura dos jogos dos estudantis do Colégio Técnico, no início da década de 80



Fachada do Coltec na época de sua inauguração, em 1969



Fotos: Acervo Coltec

clínica, química e informática). O corpo docente é formado por 80 professores, sendo 65 efetivos e 15 substitutos. São 41 funcionários concursados.

Apesar da estrutura idêntica a das outras escolas, para Márcio Fantini, o Coltec é uma escola dinâmica, cativante, diferente de tudo que tem por aí. 'É com grande triunfo que mesmo sendo diferente, mesmo tendo liberdade, mesmo não tendo repressão, mesmo tendo a escola aberta em todos os sentidos, seja na cobrança do professor, seja na cobrança do aluno, é uma escola de alto desempenho", afirma.

Para comemorar o aniversário do Colégio foi montada uma comissão formada por professores, funcionários e alunos para elaboração do calendário de eventos. De acordo com o professor José Eduardo Borges Moreira, haverá uma série de eventos durante o ano. Entre os que já aconteceram destacam-se os seguintes: lançamento oficial da logomarca comemorativa dos 40 anos do COLTEC e aula inaugural para os alunos novatos de 2009, no dia 09 de fevereiro, no auditório da Reitoria, proferida pelo primeiro Diretor do Colégio, Prof. Gladson Luiz Coutinho

Em abril foi realizada uma comemoração entre alunos, professores e funcionários no COLTEC. Já em maio está programada uma solenidade na Câmara dos Vereadores de BH e o lançamento oficial pelos Correios de selo comemorativo, carimbo e cartão postal. No dia 13 de junho, ocorre a tradicional Festa do Filho Pródigo Especial 40 anos, com a apresentação de Bandas de ex-alunos. Ainda de acordo com José Eduardo, no período de 16 de junho a 02 de julho será realizada uma exposição comemorativa no Saguão da Reitoria da UFMG. "Além disso, estão sendo programados, durante o ano de 2009, shows e apresentações artísticas no COLTEC de ex-alunos, professores e funcionários', completa o professor.

# // notícias

## 1. Assembleia Geral Ordinária: resultados

O relatório do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas e balanço das ações sindicais do ano de 2008, a apresentação do plano de ações para 2009 e a reforma da sede do Sindicato foram os assuntos da pauta da Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março, no auditório do ICB. Todos os filiados da Apubh, ativos e aposentados, foram convocados a participar através de e-mail, outdoors, totens, publicações impressas e eletrônicas.

Os três itens da pauta foram aprovados por unanimidade pelos presentes, sendo que a decisão final sobre a reforma da sede da Apubh será tomada após a apresentação do estudo de viabilidade e o projeto a ser desenvolvido. Para isso será convocada uma assembléia específica.

## 2. Apubh participa da organização da Conferência Estadual de Educação

Belo Horizonte sediará, em novembro de 2009, a I Conferência Estadual de Educação de Minas Gerais- COEED/MG e o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH é uma das 23 entidades que integram a comissão de organização do evento. A comissão foi nomeada em 13 de março por meio da Resolução nº 1298 da Secretaria de Estado de Educação - SEE, e dela fazem parte os profs. José de Siqueira e José Eduardo Borges Moreira.

A Conferência faz parte de um ciclo de discussões das temáticas de educação com a participação de docentes, alunos, pais, entidades representativas do setor e que serão realizadas em todo país em 2009. Os participantes devem analisar a proposta de criação do Sistema Nacional Articulado de Educação que consta no documento base elaborado pelo Ministério da Educação – MEC. As sugestões resultantes dos debates serão apresentadas na Conferência Nacional de Educação- CONAE, cujo tema é "Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação", prevista para 2010.

## 3. Seminário sobre questões de Aposentadoria

O Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior- Proifes promoveu nos dias 29 e 30 de Abril, em João Pessoa, o I Seminário Nacional sobre Questões de Aposentadoria. O evento foi promovido em parceira, com o Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – MOSAP e teve como finalidade a realização de um balanço dos cinco anos da Reforma da Previdência e a discussão sobre "a necessidade de reformulação da Previdência" para que os docentes admitidos a partir de 2004 também tenham direito à aposentadoria integral. A APUBH foi representada pelos professores Otávia F. de S. Rodrigues, vice-secretária-geral, João Maurício Lima de F. Mota, 1º Suplente e Elias Antônio Jorge, ex-presidente do Sindicato.

O professor Elias também participou como debatedor na mesa sobre "O sistema de proteção social no Brasil: Reforma Tributária e Previdência Complementar", juntamente com representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos- Dieese.

Durante os meses de abril e maio foram realizadas duas reuniões na sede da Apubh com os aposentados e pensionistas da UFMG para discussão dos rumos da carreira docente e as perdas salariais da classe nos últimos anos. O resultado da discussão foi apresentado no Seminário Nacional e serviu como subsídio para a reflexão sobre as mudanças nas regras da carreira proposta pelo atual governo.



Foto: Simone Ribeiro

A carreira docente foi discutida pela diretoria da APUBH, aposentados e pensionistas na sede do sindicato

## 4. Grupo de cuidados com a voz

A Apubh e a Casu - Caixa de Assistência à Saúde da Universidade firmaram uma parceria para a realização de um grupo de cuidados da voz para tratar os problemas já existentes e prevenir o aparecimento de novos complicações. Os encontros serão realizados, a partir de agosto, na sede do sindicato e serão acompanhados por uma fonoaudióloga. Podem participar os filiados da Apubh e da Casu e as inscrições devem ser feitas no setor de serviço social da Casu através do telefone 3499-7200.

## 5. Sindicato amplia a rede de convênios

Recentemente, a APUBH assinou novos contratos de convênio com o objetivo de ampliar a sua rede de serviços.

Os novos convênios foram firmados com:

1) Faculdade Padre Arnaldo Janssen: os filiados terão direito um desconto correspondente a 10% para todos os cursos de graduação.

2) Farmácia Souza e Rezende LTDA: desconto de 10% sobre o preço total dos serviços e produtos.

3) Viamundi Idiomas e Traduções: 10% de desconto sobre o preço total da mensalidade e isenção de matrícula aos filiados e dependentes.

4) Amuminas - Associação Mineira dos Usuários de Medicamentos e Produtos Médicos Hospitalares: Mediante o pagamento de uma anuidade no valor de R$60,00 (sessenta reais), o filiado da APUBH tem direito à compra de medicamentos, produtos médicos e hospitalares, de beleza, perfumaria e higiene pessoal pelo menor preço de fábrica possível. Os produtos serão entregues em até 24 horas e poderão ser pagos através de cheques pré-datados e parcelamento no cartão de crédito sem juros. Além disso, a Amuminas possibilitará aos beneficiados o acesso à sua rede de laboratórios e médicos conveniados.

Mais informações sobre os convênios podem ser obtidas na sede do Sindicato e em sua página eletrônica (www.apubh.org.br).

Continuamos a receber sugestões para novos contratos nos seguintes endereços eletrônicos: comunicação@apubh.org.br e apubh@apubh.org.br ou através do fax (31)3441-1303. Favor indicar o nome da empresa, ramo de atuação, tipo de benefício requerido e, se possível, o endereço e número de telefone para contato.

## 6. Nota sobre o reajuste da contribuição sindical do mês de maio de 2009

Após ampla convocação, foi realizada em 30/04/2009 uma assembleia de professores, em que se decidiu sobre o reajuste a ser adotado como contribuição mensal à APUBH, atendendo dessa forma, a norma (capítulo IV, artigo 12 – parágrafo único) que consta do estatuto do sindicato, aprovado quando de sua fundação.

Entretanto, em virtude da dificuldade, aliás frequente, de acesso ao SIAPE, sistema que gerencia a folha de pagamentos da Universidade, não foi efetivada a cobrança da mensalidade reajustada à APUBH, relativa ao mês de Maio. Nesse sentido, todos os professores filiados podem verificar em seus contracheques, que a contribuição ao Sindicato é idêntica àquela paga no mês precedente (Abril/09).

Em decorrência disso, a Diretoria Executiva da Apubh decidiu que será cobrada no contracheque relativo à segunda parcela do décimo terceiro salário, em dezembro de 2009, a diferença entre o valor que deveria ter sido pago aquele que o foi efetivamente cobrado em maio. A Diretoria Executiva espera que não ocorram outros problemas técnicos com a cobrança via SIAPE, de modo



Foto: Simone Ribeiro

Assembleia que discutiu reajuste da contribuição foi realizada no auditório do ICB

espaço associado

# Professores heterodoxos na UFMG

*Beatriz Couto*
*Professora Titular*

A UFMG tem adotado soluções heterodoxas para alocar professores em sala de aula. A primeira delas, já em curso, tem significado a "ampliação" dos casos em que se aplica a solução de professor voluntário que, historicamente, sempre foram professores aposentados que tinham entrado legalmente em nosso quadro de docentes. Dentro da lei em vigor, professor do quadro ou é concursado ou substituto, havendo como é do conhecimento geral procedimentos explícitos para os dois tipos de seleção. Pois já há, atualmente, chamadas para professores "voluntários" que nunca pertenceram aos quadros ou foram selecionados nas formas previstas em lei e que trabalham graciosamente, após a celebração de um termo de adesão, na expectativa de montar currículos para possíveis futuros concursos. Isto é exploração do trabalho em período de desemprego em alta que fere a lei e a ética acadêmicas.

Mas o REUNI trouxe outra inovação: para implementar todos os cursos e vagas abertos a UFMG propõe também o uso heterodoxo de monitores de pós-graduação como professores dos novos cursos. É de se notar, de acordo com a informação do diretor do PROIFES, Prof. Eduardo Rolim, que tal solução é específica da UFMG e por ele desconhecida nas outras universidades federais que também participam desse programa.

São diversas e importantes as questões levantadas por tal proposta, algumas delas nos aguardam a todos na implementação interna desta "solução" que podem nos colocar em situações no mínimo problemáticas.
Quem o departamento lotará na disciplina? Creio que não pode ser o monitor de pós-graduação, pois este não é professor do quadro e nem substituto e não responde legalmente por esta função. Será lotado o seu professor orientador, mesmo presumindo-se que este não dará as aulas? Por que se pode presumir que o professor não dará as aulas? Porque está claro pela proposta de curso que não há e não haverá professores em número suficiente para assumir toda a carga horária.

A afirmação de que o monitor de pós-graduação recebe bolsa para isto resolve a questão? É adequada ou suficiente esta constatação para justificar sua alocação na função de professor? Não. O entendimento legal preclude que bolsas possam ter como contrapartida exigências de atuação com as características de trabalho, o que é de todo de acordo com a prática histórica desta modalidade de uso de recursos públicos. Além do mais, está claro que a atividade do monitor de pós-graduação poderá ser reconhecida na justiça do trabalho como uma atividade profissional, já que o curso não pode ser ministrado sem a presença dele e não apenas uma atividade de treinamento prático como professor, como qualquer racionalização possa querer fazer crer. Esta atividade, além de ser obviamente super-dimensionada se o objetivo fosse apenas a formação prática do monitor na atividade do ensino, exigiria ainda, para ser defensável, a presença contínua do orientador em sala para dar os créditos pela atuação: lembremos ainda que não há profissionalização na pós-graduação, ou seja, formação pedagógica é atividade específica dos cursos de graduação.

É preciso ainda considerar a coerção moral sofrida pelo bolsista para aceitar trabalhar sem salário e sem as garantias trabalhistas e previdenciárias previstas em lei: se se recusar, corre o risco de ficar sem seu título de pós-graduado por não ter completado as "exigências" da formação.

Até aqui parece que a questão não tem efeitos legais diretos na pessoa do professor orientador e simplesmente o Estado resolverá o problema contratando os professores necessários se se chegar à conclusão que não há sustentação legal para a proposta. Mas a questão não se encerra aqui.

Consideremos que, até que a UFMG o admita, alguns monitores já terão atuado como professores dos cursos do REUNI. O que fazer com os monitores que trabalharam até então? Consideremos pois a questão sob o ponto de vista do monitor de pós-graduação.

Imaginemos uma circunstância em que ele entra na pós-graduação, leciona as matérias, defende a sua dissertação ou tese e vai trabalhar em alguma outra instituição. Ele terá dois anos depois de encerrar sua participação no curso para reclamar na justiça do trabalho os seus direitos trabalhistas. Como esta foi uma relação de trabalho de fato (o que seria a causa em discussão e o que o juiz teria que arbitrar ao final da ação), tudo que ele precisa como prova na justiça é o depoimento de três estudantes que afirmem que ele é quem deu as aulas, corrigiu os trabalhos e deu as notas, independente de quem tiver assinado a caderneta.

Consideremos a hipótese que algum deles faça isto. Quem ele acionaria? A Universidade. Acionada na justiça, como esta Universidade responderia? Através de seu procurador que responde não ao Reitor, mas à AGU. A situação concreta da disciplina lecionada terá que ser necessariamente levantada e as pessoas físicas envolvidas poderão ser citadas na ação pelas diversas partes, até pelo juiz. Com isto, podemos considerar que tanto o Reitor em exercício na época como o professor orientador terão parte na ação. Porque? As leis para contratar professores, convém reforçar, são claras: ou é do quadro ou é substituto e nenhum dos dois casos se verificou, razão pela qual caberá punição da autoridade responsável, nos termos da lei. Alguém (Juiz, Universidade ou ex-Reitor) pode, inclusive, pedir o documento de lotação do professor na disciplina. E vai constar lá o nome do professor orientador como o responsável pela disciplina.

Tudo pode acontecer como decisão judicial daí para frente, envolvendo a universidade, o orientador e o ex-Reitor e convém que estas possibilidades sejam analisadas no detalhe e respondidas concretamente antes de se adotar na prática uma solução que pode ser muito prejudicial para os professores orientadores que se responsabilizarem pelas aulas no curso noturno.

Resta considerar que o limbo jurídico das contratações heterodoxas da UFMG, se mantidas, exigem posicionamento do Ministério Público em sua atribuição de defesa de interesses difusos para que tais voluntários e bolsistas não fiquem descalçados em sua atuação.

Finalmente, nossa exigência de contratação dos professores do quadro nos termos da lei evita degradação ainda maior das condições de pagamento de todos nós: afinal, se há quantos com o nosso beneplácito trabalhem de graça – ainda que seja com o objetivo mais que louvável de expandir o ensino superior público no Brasil – nosso salário há de, eventualmente, ser considerado alto demais.

# agenda apubh

**• 2ª Feira Universitária do Livro da UFMG**

50% de desconto em títulos das Editoras participantes para os visitantes da feira.

5 a 7 de agosto de 2009, das 9 às 20 horas |

Av. Antônio Carlos, 6.627 – Praça de Serviços Campus Pampulha – Belo Horizonte

Editoras Universitárias confirmadas: Fale/UFMG, Fiocruz, Pucminas, UEPG, UERJ, UFF, UFMG, UFRJ, UFRRJ, UFSC, Unesp, Unicamp, USC e USP.

Informações: Ângela e Cibele - 3409-4656

**• Volta às aulas nas Livrarias UFMG**

De 5 a 21 de agosto, as lojas do campus do conservatório e de Ouro Preto/MG oferecerão descontos a partir de 30% em títulos de editoras universitárias e a partir de 5% em títulos das demais editoras.

Endereços:

Livraria Campus Pampulha

Av. Antônio Carlos, 6.627 – Praça de Serviços - 9 às 21 horas – (31) 3409-4561 | 3409-4642

livraria@editora.ufmg.br

Livraria Conservatório UFMG

Rua Guajajaras, 100 – Centro - 11 às 18 horas – (31) 3409-8346

liv-conservatorio@editora.ufmg.br

Livraria UFMG de Ouro Preto

Casa de Gonzaga - Rua Cláudio Manoel, 61 – Centro – Ouro Preto/MG - de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas; sábados, das 9 às 14 horas – (31) 3551-1109

livraria-ouropreto@editora.ufmg.br

Com informações da Assessoria de Comunicação da Editora UFMG.

espaço publicitário

**NOTA IMPORTANTE**

**A Reforma Estatutária do Sicoob Nossacoop aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 13/12/2008 e homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/01/2009 modificou o Capítulo V, do Capital Social, em seus artigos e parágrafos.**

Uma das alterações foi a ***capitalização continuada,*** que além de outros benefícios, permite a retirada mensal de 2% de seu capital social, após 15 anos de filiação.

Para isso, você deverá fazer a opção pela capitalização continuada, **até 25 de JULHO de 2009**, (Artigo 16, § 4º), caso contrário perderá a oportunidade de resgate antecipado e parcial das cotas de capital.

Compareça à Sede da Nossacoop ou em um Posto de Atendimento, para formalizar sua opção.
**É necessário apresentar o contra cheque atualizado**.

**Não deixe para a última hora!**

Estamos à disposição para mais esclarecimentos.

nossacoop
A Nossa Cooperativa de Crédito

PABX: (31) 3492-8616 - www.nossacoop.com.br